



P&R



Rui Patrício. “Polémica sobre voto eletrónico não faz sentido”

O que pensa da polémica acerca do voto eletrónico nas eleições para a OA?

Penso que se trata de uma boa medida, e lamento que tenha sido transformada, com alguns argumentos falaciosos e também, porventura, oportunismo eleitoral, numa falsa polémica que distrai do que está em causa com esta medida e põe em segundo plano o que deveria ser realmente discutido a respeito do ato eleitoral que se aproxima.

Um boa medida porquê?

Porque introduz transparência, bem como facilidade, e vai ao encontro da necessidade de inovação crescente nos dias de hoje. A Ordem e os advogados não podem ser passadistas nem enquistar-se em polémicas sobre falsos problemas. E é um método de voto seguro, controlável e auditável, e está bem testado, além de que já é aplicado noutros países e, em Portugal, noutras ordens profissionais. Não percebo, francamente e em boa-fé, porque se agita o falso fantasma da insegurança e ainda menos porque se teme o voto eletrónico, quando é muito mais fiável e controlável do que o método de voto tradicional, além de que motiva maior

participação – o que, creio, todos desejam e aplaudem. **A sua posição não está influenciada pelo facto de ser, como é sabido, apoiante do atual bastonário, que se recandidata?**

Não, de todo. Sou apoiante do atual bastonário, como fui em eleições anteriores, mas isso nada tem que ver com o facto de me parecer que a questão do voto eletrónico é uma boa, diria mesmo, uma excelente medida. E que fique claro que sou não só apoiante, mas candidato ao conselho geral na lista encabeçada por Guilherme Figueiredo.

Porquê esse apoio e essa candidatura?

Porque julgo que Guilherme Figueiredo encabeça o melhor projeto de todos os que se apresentam e porque o seu mandato em curso merece continuidade, pelo bem que trouxe à ordem, à advocacia e ao Estado de direito, sobretudo arrumando a casa internamente, normalizando e construindo relações institucionais externamente e afirmando a importância da advocacia no Estado de direito e na defesa dos direitos, liberdades e garantias e de um conceito material e alargado de dignidade dos cidadãos.

Sem ruído, mas com presença e firmeza. E julgo que, sendo um projeto com que me identifico, está na hora de dar um contributo ainda mais intenso do que tenho dado nos últimos anos.

Não se revê, portanto, nas críticas de que foi um mandato apagado e no qual nada se fez?

Não me revejo, não, e não é verdade. A lista do que foi feito encheria várias páginas, a dignificação da ordem e dos advogados também, e não podemos confundir ruído com ação verdadeira nem gritaria com substância. Respeito muito todos os bastonários e todos os titulares de órgãos da ordem, bem como todos os candidatos, mas isso não me inibe, antes me estimula, a alinhar pelo que penso ser o caminho que melhor serve as obrigações e as funções fundamentais da ordem e melhor trata o papel da advocacia numa sociedade cada vez mais complexa e exigente. Uma sociedade livre e digna não pode viver sem advogados, mas estes e a sua ordem não podem também alhear-se desse papel e de lutar de forma séria, digna e responsável por isso.